

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.488 - SP (2019/0298093-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUILHERME AUGUSTO CAMPOS BEDIN - SP273122  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALINE DA SILVA LEMOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALINE DA SILVA LEMOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0017596-57.2008.8.26.0344).

Consta dos autos que a paciente foi condenada como incurso no art. 121, § 2º, incisos II e IV e § 4º, do Código Penal, à pena de 16 anos de reclusão, em regime fechado (e-STJ fls. 26/28).

Interposta apelação, o Tribunal local negou provimento ao recurso defensivo, mantendo a condenação nos termos proferidos na sentença (e-STJ fls. 29/38).

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/6), a impetrante alega que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão do não reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, não obstante tenha sido extrajudicial.

Argumenta que a confissão extrajudicial foi utilizada como subsídio para o oferecimento da denúncia e utilizada pelos jurados para tomarem a decisão pela condenação da acusada, devendo, por isso, ser reconhecida em seu benefício na segunda fase da dosimetria.

Dessa forma, requer, na liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a confissão da paciente.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta

# Superior Tribunal de Justiça

conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator